

A detailed black and white architectural line drawing of the main facade of the University of Paraná. The drawing shows a grand neoclassical structure with a prominent portico supported by tall, fluted columns. The pediment above the columns is inscribed with the words 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. To the right, there are arched windows and a balcony. The drawing is a perspective view from a low angle, looking up at the building.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**VERONICE ALVES DE SOUZA**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO E A  
FREQUÊNCIA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PARANÁ**

**CURITIBA**

**2016**

**VERONICE ALVES DE SOUZA**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO E A  
FREQUÊNCIA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PARANÁ**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Diana Cristina Abreu

**CURITIBA**

**2016**

## **Programa Bolsa Família: a Condicionalidade da Educação e a Frequência no Município de Cascavel/Paraná**

**Veronice Alves de Souza**

### **RESUMO**

O presente trabalho é o resultado da pesquisa realizada na Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, promovida pela SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão em parceria com o Setor de Educação da UFPR – Universidade Federal do Paraná pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil. O objetivo geral foi a análise da condicionalidade da Educação no período de 2007 e 2014, verificando os índices de Evasão Escolar. Também foi realizada a análise dos Motivos da Baixa Frequência entre os beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Cascavel, Estado do Paraná, nos anos de 2013 a 2014. A metodologia utilizada foi a de coleta de dados, fontes primárias, junto a SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, que continham os resultados do Sistema Frequência, com informações sobre os motivos de Baixa Frequência. Foi realizada pesquisa bibliográfica e análise dos dados referentes aos índices de Evasão Escolar constantes nos sites do IBGE e INEP – Censo Escolar. A partir da análise, foi possível comprovar estatisticamente que durante a implementação do referido programa houve a efetiva baixa dos Índices de Evasão, em todo Brasil, o que se refletiu no Estado do Paraná e no Município de Cascavel. Também pode-se observar que a condicionalidade da Educação não impede que dentre os beneficiários do programa exista um número significativo de alunos com baixa frequência escolar. Os quatro motivos mais recorrentes dessa baixa frequência são: tratamento de doença e atendimento à saúde do aluno; motivo de negligência dos pais ou responsáveis, onde a escola aciona a família, sem resultados; o motivo sem identificação, onde a família não informou a escola o motivo da não frequência do aluno e o desinteresse e/ou desmotivação escolar, onde a escola declara que vem agindo no sentido de identificar a causa do desestímulo.

**Palavras-chave:** Bolsa-Família; Evasão-Escolar; Condicionalidade-da-Educação;

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, promovida pela SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (2004-2016), em parceria com a UFPR – Universidade Federal do Paraná, através do sistema Universidade Aberta do Brasil. A iniciativa foi a de estabelecer, através da pesquisa, um campo de saber articulado ao reconhecimento dos pobres enquanto atores sociais do desenvolvimento socioeducativo. Principalmente no conhecimento da realidade que cerca a vida dos sujeitos participantes da política social de transferência direta de renda, o Programa Bolsa Família.

O objetivo de desenvolvimento dessa pesquisa foi de analisar os desdobramentos da política de transferência de renda condicionada organizada pelo Programa Bolsa Família no município de Cascavel, estado do Paraná, no período de 2007 a 2014, tendo como foco o acompanhamento dos índices de evasão escolar no Ensino Fundamental, apresentado pelos dados do IBGE e INEP, referentes a coleta de dados do CENSO Escolar brasileiro. O período corte escolhido de 2007 a 2014 se estabeleceu considerando o lançamento do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, em 2007, e o ano corte final, o ano anterior ao início do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

A dúvida gênese que imprimiu a intenção de pesquisa inicial pautou-se na condicionalidade do recebimento do benefício à frequência a escola das crianças e adolescentes que fazem parte das famílias que integram o programa; o que suscitava uma pergunta elementar: quais os motivos que levam os beneficiários do Programa Bolsa Família, mesmo sob a condicionalidade do recebimento do benefício, a apresentarem baixa frequência as escolas da Educação Básica? E a partir dessa questão problematizou-se descobrir qual a sua relação de condicionalidade do programa, condicionantes da pobreza e extrema pobreza.

Mesmo pertinente e elementar, a resposta a essas questões tornou-se um entrave para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que no período de coleta de dados nos deparamos com uma lacuna significativa nos registros do Banco de Dados do município de Cascavel. Principalmente no relacionado aos motivos expressos nos formulários de acompanhamentos dos estudantes que fazem parte do Programa Bolsa Família.

Os arquivos físicos não continham os dados no período proposto na pesquisa e os arquivos virtuais, contidos na plataforma de registro da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família, não puderam ser acessados devido à “manutenção do sistema”.

Um motivo que se pode admitir, a respeito da dificuldade pela coleta de dados em fontes primárias, foi a realidade conflituosa posta no cenário político brasileiro, que através do impeachment da Presidenta Dilma, trouxe uma reestruturação nos Ministérios e Secretarias adjuntas a eles. A SECADI, foi uma das secretarias extintas na reformulação organizada após a posse do Governo de Michel Temer.

Dessa forma, houve a necessidade de reorganização e recorte na intenção original de pesquisa, que procurou-se estabelecer nos parágrafos iniciais do presente texto. Basicamente a pesquisa a respeito da Evasão se deu a partir da pesquisa documental e bibliográfica, no período do recorte temporal estabelecido; partindo-se dos dados recolhidos nos relatórios apresentados IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira, referentes ao Censo Escolar no período de 2007 a 2014. Neles foram estabelecidas escalas de observação dos dados a fim de se verificar se no período indicado houve ou não a redução dos índices de Evasão Escolar. Em relação à pesquisa bibliográfica, esta foi organizada a fim de estabelecer relação entre os resultados obtidos em pesquisas similares, de forma a verificar a correlação entre a Evasão Escolar e a Política de Transferência Condicionada do Programa Bolsa Família.

Em relação a problemática dos motivos da evasão escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, coletamos o único material encontrado, que foi relacionado aos anos de 2013 e 2014, os quais catalogamos de acordo a distribuição dos “motivos de baixa frequência” constantes nos formulários registrados no sistema de frequência escolar do Programa Bolsa Família. A intenção com essa atividade foi trazer elementos para o debate, não assumindo resultados, mas fomentando a crítica e buscando, mesmo que de maneira tênue, a realização de um registo teórico a respeito da temática.

Para fins de organização metodológica, o trabalho de redação da pesquisa foi organizado em quatro partes: a primeira relacionada ao desenvolvimento teórico, onde há o diálogo com a literatura a respeito do objeto de análise. Atrelado a ele,

será trazida a análise dos dados coletados do Censo Escolar no período de 2007 a 2014 em relação a dinâmica da Evasão Escolar no Brasil, Paraná e no Município de Cascavel; na segunda parte apresentamos os dados relacionados aos motivos da evasão nos anos de 2013 e 2014, e sua relação com a condicionalidade da Educação e os condicionantes da pobreza; por final apresentamos as conclusões obtidas pela análise dos dados, buscando contribuir para o desenvolvimento da análise das políticas sociais, principalmente as que envolvem a Educação, no caso específico, em relação ao controle da Evasão Escolar.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 O Programa Bolsa família e a Questão da Evasão: Os Limites e as Possibilidades da Condicionalidade da Educação**

A evasão escolar é um problema que marca a história da educação brasileira (BRANDÃO, BAETA & ROCHA, 1984). Mesmo após a redemocratização, com a implementação de diversas políticas voltadas a avaliação e o acompanhamento escolar, podemos acompanhar no desenvolvimento cotidiano dos trabalhos na escola que esse é um enfrentamento importante e necessário.

Não obstante, por apresentar-se como um fenômeno multifacetário, se deva admitir que dentre as causas encontramos uma complexidade de fatores socioeconômicos e estruturais do sistema, tornando sua análise ampla e de difícil interpretação. Arroyo (1997) em seu livro "Da Escola Carente a Escola Possível" aborda as dificuldades estruturais encontradas nas instituições referente a compreensão do papel da escola frente as dificuldades econômicas, principalmente em relação a pobreza da escola para o pobre e os reflexos dela nos sujeitos do aprendizado.

Não há possibilidades também de tornarmos a evasão um problema apenas da família, o discurso de incapacidade ou responsabilidade faz com que diversas análises permaneçam na superficialidade do problema, principalmente no que se refere a obrigatoriedade do estado em prover condições para o amplo desenvolvimento do jovem e adolescente. Diante disso

"na maioria das causas da evasão escolar a escola tem a responsabilidade de atribuir a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra". (ARROYO 1997, p. 23).

Nas ações desenvolvidas pelo Estado em combate a evasão está a articulação do trabalho pedagógico aos programas de evasão. Uma ação afirmativa desenvolvida através de política pública é a implementação do Programa Bolsa Família. Esse programa tem buscado fomentar o incremento da renda familiar, tornando o acesso e permanência da criança e adolescente um condicionante ao recebimento do benefício. Dentre as medias que envolvem o acompanhamento e controle desse programa está o acompanhamento e registro da frequência escolar através do trabalho pedagógico e alimentação do Sistema Presença Escolar.

E ainda sobre o controle da Evasão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, em seu artigo 5º dispõe que:

"o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo". E em seu parágrafo primeiro e incisos I e III define que "**competete aos estados e aos municípios, em regime 3 de colaboração**[...] recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; **Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola**" *Grifo nosso.* (LEI 9394/96).

Em relação ao Programa Bolsa Família, MELO & DUARTE (2010) a partir do estudo do impacto do referido Programa na frequência escolar dos beneficiários das áreas agrícolas do nordeste do Brasil, consideram que a condicionalidade desse programa não pode ser considerada um diferencial, principalmente se levado em conta a questão de gênero, mais especificamente o masculino. Os autores apontam para a necessidade de implementação de outras políticas sociais que tenham abrangência em relação ao aumento do capital humano junto a essas comunidades.

No Sergipe, PIRES (2013), realizou um estudo buscando compreender a lógica das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Sua análise foi feita com pesquisa de campo entre as famílias beneficiárias com questionário. Uma observação importante foi novamente a incapacidade do repasse financeiro desse programa ser elementar para o desenvolvimento do capital humano, principalmente no quesito relacionado desestímulo escolar. Para dar conta do problema da evasão,

segundo ele, é importante também buscar elementos que visem a qualidade da educação como um todo, onde essa valorização possa surtir efeitos mais abrangentes na permanência escolar.

Considerando a problemática da evasão entre os beneficiários do programa, uma constante, é a da sua ligação estreita com os condicionantes da pobreza. Pires (2013), apresenta que, para além das mazelas advindas das famílias, pela condição em que estão, há as necessidades de considerar nos índices de evasão os problemas relacionados as carências por melhorias na própria educação como um todo.

Outro condicionante que tem se apresentado na literatura é o do aumento da violência como um motivador da evasão escolar. CASTELAR, MONTEIRO & LAVOR (2008) fazem um amplo estudo no Ceará com a análise de 12 variáveis possíveis dos motivos de evasão e apresenta, dentre os seus resultados o quão complexa é o problema em si. Os aumentos das vulnerabilidades sociais que vivem as pessoas beneficiárias do programa, tornam os mesmo um alvo para os demais problemas sociais, onde, no contexto geral a evasão se torna mais um efeito do que uma causa.

No Estado do Paraná, os estudos a respeito da temática da Evasão, talvez pelo caráter multifacetário dessa problemática, são estudos com pouca expressividade relacionados ao acompanhamento dos índices e taxas. E em relação a evasão no Ensino Fundamental, eles são ainda mais difíceis de se encontrar. Foi realizada a busca de material bibliográfico sobre essa temática no banco de Teses e Dissertações de 5 Universidades, sendo: UFPR, UEL, UEM, UEPG e UNIOESTE. Para efeito de busca foi incluída na ferramenta disponível nos sites das referidas instituições as seguintes palavras chave: Evasão; Evasão Escolar; Abandono Escolar; Bolsa Família. Após a busca encontramos o seguinte: sobre abandono escolar e evasão escolar: 5 títulos na UFPR, 3 títulos UEL, 2 títulos na UEM, 1 título na UEPG e 3 títulos na UNIOESTE. Sobre Bolsa Família foram encontrados 4 títulos na UFPR.

Os estudos referentes ao abandono e evasão apresentaram expressividade na problemática dos Cursos Técnicos, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Sobre a temática do Bolsa Família, nos 4 títulos encontrados, 2 são relacionados ao Programa Bolsa Família e seus impactos no Brasil. Um deles é de

perfil econômico avaliando o impacto na distribuição de renda brasileira (MUNIZ, 2008) e o outro aborda importância de programas de transferência de renda condicionada para a construção da cidadania (SILVA, 2004). Os outros 2 estudos foram feitos a respeito do contexto paranaense, tendo como recorte dois municípios específicos. Um dos estudos é um estudo etnográfico que analisa as relações de parentesco na implementação do programa no município de Vale do Ribeira (SANTOS, 2007). O outro estudo é sobre a compreensão do significado de Educação para as mães beneficiárias do Programa Bolsa Família (ESMANHOTTO, 2009). Nenhum estudo foi encontrado, que aborde a temática da Evasão Escolar e a condicionalidade da Educação admitida pelo Programa Bolsa Família nos municípios do Estado do Paraná.

### **3 METODOLOGIA**

O desenvolvimento dessa pesquisa foi feito com base na análise Documental, Bibliográfica e de Conteúdo, base nos pressupostos organizacionais de Lakatos (2003) e Silva, Almeida e Guindani (2009). Onde Lakatos (2003) estabelece a relação de compromisso com a organização adequada das fontes. O levantamento de dados foi executado partindo-se dos dados recolhidos nos relatórios apresentados IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira, referentes ao Censo Escolar no período de 2007 a 2014. Neles foram estabelecidas escalas de observação dos dados a fim de se verificar se no período indicado houve ou não a redução dos índices de Evasão Escolar. Nessa fase da pesquisa foi necessária a realização de organização dos dados coletados, pois as tabelas apresentadas nos sites, continham diversas informações, que mesmo valiosas para estudos e pesquisas, necessitaram de reordenamento e reorganização.

As tabelas apresentaram os dados em geral do Brasil, com informações sobre o Ensino Fundamental, Educação infantil – Séries Iniciais e Finais; também apresentou os dados referentes ao Ensino Médio Regular. A partir dessas informações, foi feito o recorte dos resultados admitidos como total geral, relacionados a apenas o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. Com essa

informação, foi feita a média aritmética simples dos resultados, chegando ao índice que foi apresentado na tabela. Os dados apresentados nas tabelas construídas com base no IBGE e INEP, são referentes a toda a rede educacional brasileira.

Em relação à pesquisa bibliográfica, esta foi organizada a fim de estabelecer relação entre os resultados obtidos em pesquisas similares, de forma a verificar a correlação entre a Evasão Escolar e a Política de Transferência Condicionada do Programa Bolsa Família. Para Lakatos (2003), essa é uma “fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse” (LAKATOS, 2003, p.174).

Sobre a problemática dos motivos da evasão escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, foi coletado o único material encontrado, que era relacionado aos anos de 2013 e 2014, os quais catalogamos de acordo a distribuição dos “motivos da Evasão” constantes nos formulários registrados no sistema de frequência escolar do Programa Bolsa Família. Nessas ações foi essencial o desenvolvimento da Análise de conteúdo, pois a partir dos documentos selecionados nas fontes disponíveis nos bandos de dados físicos existentes na SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, foi necessária a atenção e trato adequado, a fim de extrair a informação relevante para o desenvolvimento do debate proposto. A metodologia da análise do conteúdo consiste então, no

"Conjunto de técnicas de investigação científicas utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados lingüísticos. [...] Normalmente, nesse tipo de análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas face a um teoria específica (APPOLINÁRIO, 2009: 27, *apud* SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p.11)

Os resultados da pesquisa foram estabelecidos a partir da análise e compreensão dos dados desenvolvidos e na reflexão a partir da literatura apresentada sobre a temática.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Conforme foi apresentado na metodologia a realização dessa pesquisa foi a partir dos dados apresentados pelas tabelas do IBGE e INEP, em relação a coleta do CENSO Escolar durante o período de 2007 a 2014, foi realizada a elaboração de novas Tabelas, que apresentassem apenas o recorte do referido período. Os dados

apresentados como “Taxa de Abandono no Ensino Fundamental” são percentuais correspondentes ao número de matrículas e toda a rede educacional brasileira. Os dados foram todos compilados, de forma que não se caracterizam pela reprodução de apenas uma das diversas tabelas encontradas nos sites dos institutos informados, antes eles foram reproduzidos seletivamente, buscando apenas as informações referentes ao objeto de pesquisa. A intenção sob essa perspectiva é a de demonstrar a evolução das Taxas de Abandono entre os anos de 2007 a 2014, onde possam se demonstrar como esses índices se comportaram no período indicado. Observe-se a Tabela a seguir:

Tabela 1 – Taxa de Abandono Escolar no Brasil

TAXA DE ABANDONO ESCOLAR BRASIL		
PERÍODO		Taxa de Abandono no Ensino Fundamental
	nº de matrículas	
2007	32.122.273	4,55
2008	32.086.700	4,23
2009	31.705.528	3,51
2010	31.005.341	3,12
2011	30.358.640	2,74
2012	29.702.498	2,64
2013	29.069.281	2,18
2014	28.459.667	0,72

Fonte: INEP e IBGE, elaboração da autora.

Como se pode analisar, durante o período houve uma redução significativa nos índices de evasão. Em relação a isso, pode se observar a comprovação das informações apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura, pois de acordo nota oficial, referente aos dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE – Instituto de Geografia e Estatística, na amostra referente a outubro e novembro de 2015, houve a melhora tanto no acesso quanto na adequação idade/série de 20% dos mais pobres, que correspondem ao universo de beneficiários do Bolsa Família (BRASIL, 2016).

Na tabela a seguir, serão apresentados os dados referentes as taxas de abandono no Ensino Fundamental no Paraná.

Tabela 2 – Taxa de Abandono Escolar no Paraná

TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PARANÁ		
PERÍODO		Taxa de Abandono no Ensino Fundamental
	nº de Matrículas	
2007	1.651.880	1,95
2008	1.674.322	2,13
2009	1.662.245	1,93
2010	1.617.248	1,72
2011	1.553.729	1,51
2012	1.509.962	1,43
2013	1.480.914	1,34
2014	1.445.969	0,23

Fonte: INEP e IBGE, elaboração da autora.

Com base nos dados observados, o Paraná, semelhantemente aos índices brasileiros, demonstrou uma redução significativa nos índices de Evasão. É interessante ressaltar que, somada as ações de condicionalidade do Programa Bolsa Família, existe o acordo técnico de cooperação entre os órgãos componentes da Rede de Proteção à Criança e Adolescente, firmado no Estado no ano de 2011 (SAGRILO, 2016). Talvez seja esse o reflexo de baixa significativa dos índices observadas partir do ano de 2011.

Uma das finalidades dessa pesquisa, é também apresentar uma reflexão que possa vir a contribuir para campo de análise das políticas sociais, principalmente aquelas que tem buscado o combate à desigualdade social e a pobreza, pois a falta de material, não apenas dificulta a compreensão dessas políticas públicas, como também torna difícil a execução de medidas avaliativas relacionadas a sua organização e implementação. Um dado observado na coleta realizada nos sites do IBGE e INEP, e apresentados na Tabela 2, é que desde sua implantação, o Estado do Paraná tem seguido a mesma relação de diminuição nas Taxas de Abandono no Ensino Fundamental.

Essa mesma reprodução ocorre no município de Cascavel. Vejamos a próxima Tabela.

Tabela 3 - Taxa de Abandono Escolar me Cascavel

TAXA DE ABANDONO ESCOLAR CASCAVEL		
PERÍODO		Taxa de Abandono no Ensino Fundamental
	Nº de Matrículas	
2007	44.942	1,2
2008	44.687	1,5
2009	43.800	1,4
2010	42.211	1,3
2011	41.457	0,8
2012	40.512	0,8
2013	39.822	0,5
2014	39.171	0,4

Fonte: INEP e IBGE, elaboração da autora.

Com tem indicado a literatura, a condicionalidade da educação, através do acompanhamento da frequência escolar dos educandos, tem auxiliado na diminuição em geral dos dados referentes a evasão escolar. Porém, tanto Pires (2013) ao analisar as escolas da Rede Educacional do Estado de Sergipe, quanto Piovesanan e Massuquetti (2011), que analisam a condicionalidade da educação no município de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, apontam para a necessidade de se observar os demais condicionantes socioeconômicos que interferem na frequência dos alunos. No trabalho de Piovesan e Massuquetti (2011), as autoras apontam que onde existe IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, mais baixo, há uma correlação no aumento da evasão escolar; o que demonstra a necessidade de haver um olhar mais atento também para as condições educacionais em geral, e não apenas a relação da frequência escolar pela condicionalidade da educação.

A seguir, serão apresentados os dados referentes aos motivos da baixa frequência escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Cascavel - PR. Conforme foi descrito na metodologia, esses dados foram levantados a partir das fichas de acompanhamento escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família; durante os anos de 2013 (meses de julho a novembro) e 2014 (meses de fevereiro a setembro)

Com essas informações foi elaborada uma tabela que mostra os dados e a relação dos motivos encontrados nos referidos formulários.

Tabela 4 – Motivos de Baixa frequência Escolar

MOTIVOS DE BAIXA FREQUÊNCIA ESCOLAR	2013							2014								
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL 2013	Fev	Marc	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	TOTAL
Tratamento de doença e atendimento à saúde do Aluno																
1 a - Doença/problemas físicos	309	163	263	263	180	281	1459	46	223	243	203	309	151	162	304	1641
1 b - Doença/problemas psicológicos/mentais	6	1	7	5	1	1	21	2	3	13	10	3	1	1	1	34
1 c - Pós-parto/gravidez de risco/TPM		1		2			3			1	1					2
2 a - Óbito do aluno			1				1			1		1	2	1		5
2 b - Doença de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola	7	8	5	3	3	4	30		1		2	11	5	6	5	30
2 c - Óbito de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola	1		3	6		3	13	3	3	5	8	1	2		5	27
4 b - Falta de transporte	20	1	14	22		4	61			1	1		1		1	4
4 c - Estradas intransitáveis	86		13	42	25	20	186	1	33	8	6	17	8		6	79
4 d - Violência na área onde mora							0									0
4 e - Inexistência de pessoa para levar à escola						1	1					2	1		1	4
4 f - Grande distancia entre a residência e a escola	3		2	3	3	6	17		1	4	3	3	5	1	2	19
4 g - Outro	64	4	19	11	9	10	117	1	8	31	18	121	19	11	32	241
51 a - Gravidez de risco (sistema lançará para o motivo 1)		1	1	1			3	1	1			1	1	1	1	6
51 b - Não é gravidez de risco	1		1	1	1	1	5			2	2			1	2	7
Situação de Rua																0
52 a - A escola sabe que o aluno conta com o acompanhamento da rede de proteção local (Cons. Tutelar/CRAS/CREAS)		1	6	5	1		13	6	6	5	6	6	3	7	7	46
52 b - A escola não sabe se conta com acompanhamento da rede de proteção social.							0									0
Negligência dos Pais ou Responsáveis																0
53 a - A escola examinou a questão com as famílias	65	45	107	124	66	92	499	35	77	120	123	232	126	51	81	845
53 b - A escola não abordou esta questão com as famílias	76	74	28	30	5	73	286	3	23	34	23	26	1	6	18	134
Trabalho Infantil																0
54 a - A escola sabe que o aluno conta com atenção da rede local de proteção e/ou participa do PETI							0									0
54 b - A escola não sabe se o aluno conta com acompanhamento da rede de proteção local							0									0
Motivo da Baixa Frequência não Informado																0
58 a - A escola não procurou saber o motivo junto à família			1			1	2			1		1	1			3
58 b - A escola esclarece que a família não informou o motivo	145	121	151	145	76	114	752	22	99	127	131	282	148	84	171	1064
58 c - A escola, apesar de solicitada, não informou o motivo							0	1							2	3
58 d - Não foi identificado motivo adequado nesta tabela	2	2	1	1	1	3	10	5	5	3	4	17	8	4	3	49
62 b - Estagiário sem vínculo empregatício							0									0
62 c - Trabalho informal			2	2		1	5									0
Desinteresse/ Desmotivação pelos Estudos																0
64 a - A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação	130	98	146	139	83	84	680	21	32	51	58	125	153	81	109	630
64 b - A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação							0		1			1				2

MOTIVOS DE BAIXA FREQUÊNCIA ESCOLAR	2013							2014								
Abandono / Evasão Escolar																
65 a - A Escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento	5	12	12	17	11	14	71	1	1	4	4	8	8	14	13	53
65 b – A Escola não tem conseguido agir em relação a essa situação	10	3	4	4	1	1	23			4	4	2	2	1	2	15
68 a - Separação dos pais			3			1	4				1	2	2	2	2	9
68 b - Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência)	3	3	1	1			8			1	1	1	1			4
68 c - Viagem com a família (trabalho sazonal/agricultura temporária/colheita/outros)	1	4	1	1		1	8	1	1	3	1	9	5	2	1	23
68 d - Casamento do(a) Aluno(a) – Atualizar cadastro familiar	1	2	1	1			5						1			1
68 e - Falta de uniforme/calçado/roupa adequada							0									0
68 f - Pai “ em domínio” do filho relação familiar precária	6	2			3	2	13				1					1
68 g - Família desconhece as faltas da criança às aulas						1	1			2						2
68 h - Aluno com deficiência/necessidades especiais sem apoio/estimulação para permanecer na escola							0									0
Envolvimento com Drogas / atos infracionais																
70 a - A escola sabe que foi encaminhado aos órgãos competentes		2	2	2			6	1	2			1	1	3	3	11
70 b - A escola não sabe se houve encaminhamento adequado							0					1				1
Violência Doméstica																
71 a - A escola sabe que a criança já foi encaminhada à rede de proteção social		1					1									0
71 b - A escola não sabe se a criança foi encaminhada à rede de proteção social	1						1									0

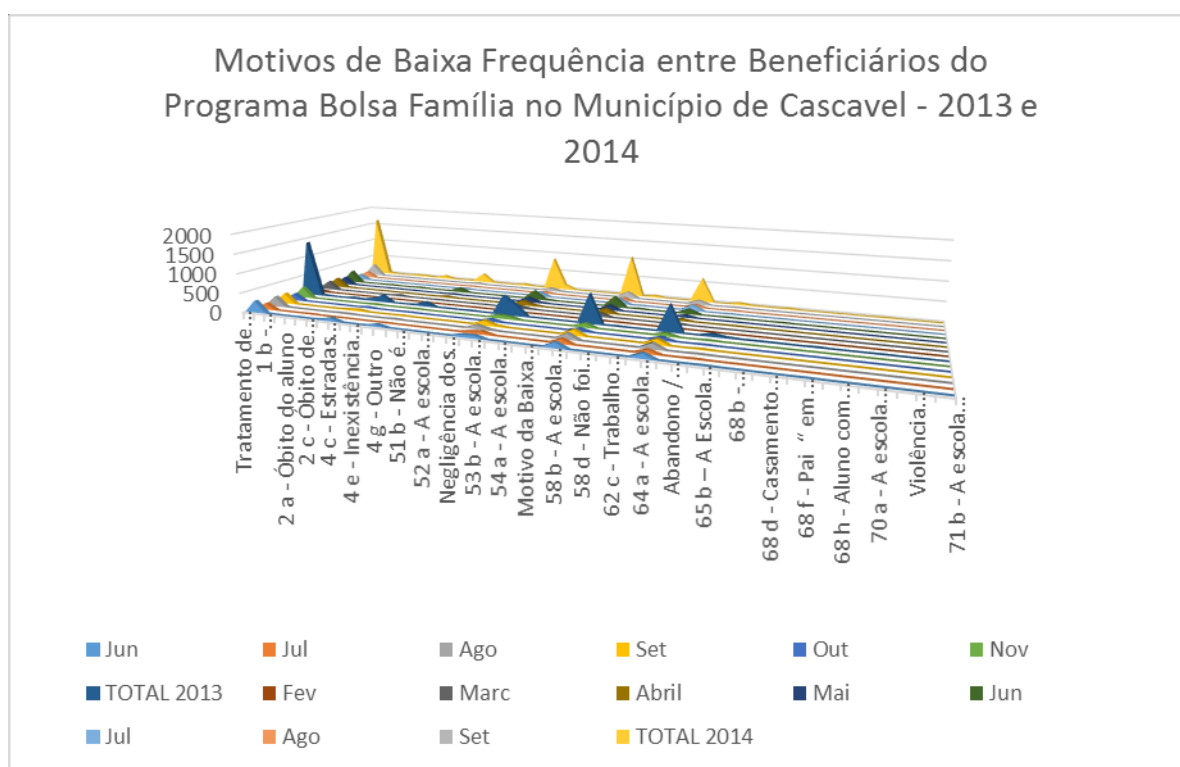
Fonte: SEMED – Sec. Municipal de Educação de Cascavel, organização: a autora

O objetivo desse levantamento e organização de dados foi o de analisar quais possíveis problemáticas envolvem a persistência, em alguns casos, de baixa frequência entre os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, debatendo a relação entre as suas causas e os condicionantes da pobreza; compreendendo assim, como tem se estabelecido a condicionalidade da Educação no referido município. O levantamento de dados se deu com os beneficiários do referido Programa que fazem parte dos alunos cadastrados na condicionalidade de 85% de frequência. O motivo dessa opção se deu por consideração a faixa etária dos alunos matriculados no Ensino Fundamental, recorte que estabelecemos para fins dessa análise.

Após a catalogação e organização dos dados adquiridos junto a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, os quatro motivos mais incidentes da baixa frequência escolar, conforme a tabela são: primeiro: motivos por doença do aluno; segundo: motivo sem identificação, onde a família não informa a escola o motivo da baixa frequência; o terceiro: negligência dos pais e/ ou responsáveis; e quarto: desinteresse / desestímulo escolar. Informamos que essa especificação quanto a natureza dos motivos, não é atribuída por parte da autora, antes faz indicativa e pré-

estabelecida na “Tabela de Motivos de Baixa frequência Escolar”, organizada pelo Sistema de Frequência Escolar. Elas, portanto, reproduzem de forma fidedigna a especificação da referida tabela. Para fins de visualização os dados catalogados serão apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Motivos de Baixa Frequência



Fonte: SEMED – Sec. Municipal de Educação de Cascavel, organização: a autora

Considerando as informações obtidas pela organização dos dados, Leite (2015), contribui para análise dessa realidade; em seu texto “Escola: tempos de reprodução e resistência a pobreza”, material do Módulo III da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, que foi o promotor desse debate, que gerou o produto dessa pesquisa. No referido módulo a autora traz alguns conceitos a respeito da temática, que estabelecem a relação dos condicionantes que tem cercado a vida dos pobres na reprodução da pobreza e suas mazelas. Segundo a autora “o que podemos observar é que inúmeras crianças e jovens de origem popular vivem hoje nos “limites da sobrevivência”, colocando em descoberto a grave desigualdade social presente em nossa sociedade” (LEITE, 2015, p. 5). Essa desigualdade nós podemos observar nos motivos da baixa frequência apresentados no município de Cascavel.

Já no primeiro motivo de baixa frequência: “o motivo por doença do aluno”, por exemplo, admite em seu princípio a precariedade existente nos serviços públicos de atendimento à saúde; que é marca da desigualdade social. A criança, conforme a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente, deve ter garantia e prioridade no atendimento dos serviços de saúde, porém no município de Cascavel, observa-se um número de 1459 (mil quatrocentos e cinquenta e nove) em 2013 e 1641 (mil seiscentos e quarenta e um) em 2014, casos de problemas de saúde, em que os educandos que tiveram frequência inferior a 85%.

Nos outros três motivos, que apresentam maior índice de baixa frequência, um denominador comum é estabelecido, o da instabilidade do indicador referente ao motivo estabelecido. Em outros termos, eles apontam para a baixa frequência, mas não esclarecem realmente o que afastou o aluno da escola. Um, apresenta a ausência a escola como um motivo de negligência familiar, outro desinteresse ou desestímulo; e ainda consta o “motivo de baixa frequência não informado”, onde a escola buscou informações junto a família, mas não obteve justificativa para a ausência do educando a escola. Em todos esses motivos não há um apontamento efetivo da causa da baixa frequência escolar.

Sob esse aspecto, e as descrições postas na “Tabela de Motivos de Baixa Frequência, o que se observa é uma visão moralizantes da pobreza; assim como aquelas indicadas por Leite (2015). Voltam a se destacar a maneira com a qual a escola percebe os sujeitos pobres e suas famílias. Ao informar os motivos da baixa frequência, a instituição escolar, admite o perfil de julgadora da situação dos educandos, e “Sob o olhar assistencialista, as crianças pobres precisam ser cuidadas, educadas intelectual e moralmente, já que suas famílias – no caso, famílias pobres – “são desestruturadas, não têm educação” (LEITE, 2015, p. 7).

Como observou-se, a condicionalidade da educação, estabelece critérios que, no indicativo da “Tabela de Motivos da Baixa Frequência”, não dão conta de representar as vivências familiares e a realidade escolar como um todo. Mesmo no município de Cascavel, onde pode-se constatar através da tabela 3, que a redução da evasão foi considerável no período de implantação do programa Bolsa Família, existe um número significativo de beneficiários que ainda não conseguem manter o educando no ambiente escolar com um mínimo de 85% de frequência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da pesquisa, pode-se observar que o desenvolvimento do Programa Bolsa Família tem indicado a melhora na frequência e permanência escolar entre os alunos do Ensino Fundamental. Os dados podem ser constatados através das tabelas que foram elaboradas com base no CENSO Escolar e Planilhas de Indicadores do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referentes ao número de abandono Escolar.

Mesmo sob essa perspectiva, a literatura aponta que a persistência da evasão, está relacionada aos demais condicionantes da vida social, especificamente aos relacionados a pobreza e reprodução das suas mazelas. Essa é uma constante no panorama nacional, pois tanto na região nordeste, onde Pires (2013) analisa as escolas da Rede Educacional do Estado do Sergipe, quanto na região Sul do Brasil, onde Piovesan e Massuquetti (2011), analisam um município do Rio Grande do Sul, há uma constante na análise: a condicionalidade da educação, quando posta frente as dificuldades socioeconômicas, não tem se mostrado um diferencial na frequência escolar. No município de Cascavel, Estado do Paraná, que é o recorte espacial dessa análise, ocorre a similaridade da conclusão, onde os motivos apresentados para a baixa frequência dos beneficiários cadastrados no programa é a relacionada aos condicionantes da pobreza.

O motivo mais incidente diz respeito a falta de assistência à saúde da criança, o que mostra os reflexos da desigualdade e exclusão social das classes desfavorecidas economicamente. Os outros três motivos mais recorrentes de persistência em baixa frequência escolar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família dizem respeito a moralização da pobreza. No que se refere as causas da ausência do aluno a escola, mesmo sem causa devidamente especificada, a escola apresenta o motivo como desinteresse “do aluno”, ou ainda como “negligência familiar”; discurso marcante da reprodução excludente que cerca a vida das pessoas que vivem na pobreza e extrema pobreza.

Os trabalhos existentes no Estado do Paraná, que abordem essa temática, a da condicionalidade da educação dos programas de transferência direta de renda, que é o Bolsa Família, são ainda inexpressivos. Uma observação feita pelo levantamento bibliográfico é de que o motivo para essa constatação é devido a amplitude da problemática que cerca os beneficiários do referido programa, e a

multidisciplinaridade que cerca os serviços envolvidos na execução e acompanhamento dessa política social.

A oportunidade de desenvolver essa pesquisa, através dos estudos realizados pela Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, contribuiu efetivamente para a ampliação do debate acerca da temática, abrindo horizontes para novas pesquisas relacionadas ao município de Cascavel e sua realidade, assim também como em todo o Estado do Paraná.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Da Escola Coerente à Escola Possível**, São Paulo: Loyola, 1997. (coleção educação popular- n°8).

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária. Brasília/DF: 2006.**

BARROS, M. N. F. BARROS, M. F. SUGUHIRO, V. L. T. CARLOS, V. Y. Crianças e Adolescentes em busca de Proteção: direitos violados e agentes violadores. In: **Crianças e Adolescentes: Direitos violados nas Macroregiões do Paraná**. Livro 2, 1ª Ed. SECJ: PR. Curitiba, 2009.

CACCIAMALI, Maria C. TATEI, Fabio. BATISTA, Natália F. **Impactos do Programa Bolsa Família Federal Sobre o Trabalho Infantil e a Frequência Escola**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, maio/ago. 2010.

CASTELAR, Pablo U. de C. MONTEIRO, Vitor B. LAVOR, Daniel C. **Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no Estado do Ceará**. Anais o VIII Encontro IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. JEL CLASSIFICATION: I20, C23, J18. 2008.

DIGIÁCOMO, Murillo J. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 6ª Edição, Curitiba, 2013.

ESMANHOTTO, Marialda. O significado da educação para as mães do programa Bolsa família na grande Curitiba: uma abordagem da psicologia social comunitária. **Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação)** Setor de Educação da UFPR. Curitiba-PR, 2009.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. Atlas - São Paulo, 2003.

LEITE, Lúcia H. A. **Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência a Pobreza**. Módulo III – Curso Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e

Desigualdade Social. Disponível em:

<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo2.pdf>, acesso em 24/09/2015.

MELO, R. da M. DUARTE, G. B. **Impacto do programa Bolsa Família na frequência escolar: o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural. vol.48 no.3 Brasília Jul./Sept. 2010.

MONNERAT, Giselle L. SENNA, Mônica de C. M. SCHOTTZ, Vanessa. MAGALHÃES, Rosana. BURLANDY, Lucilene. **Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 12, núm. 6, dezembro, 2007, pp. 1453-1462.

MUNIZ, Roberta Carvalho. Transferência de renda e desigualdade: uma abordagem inter-regional de equilíbrio geral para o Brasil. **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em Economia) Setor de Ciências Econômicas da UFPR. Curitiba-PR, 2008

PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

UFPR. **Normas para apresentação de trabalhos científicos nos curso de ciências sociais da UFPR.** Curitiba: 2011. Disp. em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2011/06/Caderno-de-Normas.pdf> Acesso em: 16/04/2016.

PIOVESAN, Luciana. MASSUQUETTI, Angélica. **Programa Bolsa Família: uma análise da frequência e do Desempenho Escolar em São Leopoldo (RS) 2006 – 2010.** 6º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA Sessão Temática: h. Políticas Públicas. UNISINOS, 2011. Disponível em: [http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa4/Programa\\_Bolsa\\_Familia-Uma\\_analise\\_da\\_frequencia\\_e\\_do\\_desempenho\\_escolar\\_em\\_Sao\\_Leopoldo\\_2006-2010.pdf](http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa4/Programa_Bolsa_Familia-Uma_analise_da_frequencia_e_do_desempenho_escolar_em_Sao_Leopoldo_2006-2010.pdf). Acesso em: 08/10/2016.

SÁ-SILVA, J.R., ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Ano I - Número I - Julho de 2009 [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com) ISSN:2175-3423

SANTOS, Judit Camilo dos. Família parentesco e política: um estudo da implantação do programa Bolsa Família no município Vale do Ribeira – PR. **Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia Social)** Setor de Ciências Humanas da UFPR. Curitiba-PR, 2007

SILVA, Isabel Cristina. Programa de Transferência de Renda Condicionado: Bolsa-Escola - o resgate da cidadania através da educação. **Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia)** Setor de Ciências Humanas da UFPR. Curitiba-PR, 2004.

SOUZA, Veronice Alves. A Rede de Proteção a Criança e Adolescente: diagnóstico situacional na perspectiva do NRE de Cascavel. **Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão das Organizações Públicas** – UFPR. Curitiba:

2011. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/33931>. Acesso em 16/04/2016.

<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/>

<http://www.cscjardimsfelicidade.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/6/480/2196/arquivos/File/PPP2013vol01.pdf> . Acesso em: 14/04/2016.

<http://www2.oparana.com.br/cidades/noticias/862/?noticia=evasao-escolar-atingeum-em-cada-17-alunos> Acesso em 14/07/2011.